

CAROLINAS: “A Mulher Negra Periférica no Mundo do Trabalho na Obra ‘Quarto De Despejo’ de Carolina Maria de Jesus”

“CAROLINAS: ‘The Black Woman from Periphery in the World of Work in the Literary Work ‘Quarto de Despejo’ from Carolina Maria de Jesus”

Bruno Eduardo Silva¹
Magna Lima Magalhães²
Daniel Conte³

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar algumas considerações sobre o lugar da mulher negra no mundo do trabalho, a partir da análise dos diários da escritora Carolina Maria de Jesus, publicados na obra “Quarto de Despejo” em 1960. A partir das contribuições da micro-história e da Literatura é possível deslocar corpos e personagens à categoria de sujeito, compreendendo que suas expressões e formas de significar sua subjetividade possuem valorização para compreender dinâmicas sociais e contexto precisos. Desta forma, a relação com a categoria trabalho atravessa a obra de Carolina do início ao fim, em uma relação precária que interliga tal prática a busca por sobrevivência.

Palavras-chave: Mulheres negras, Micro-história, Literatura, Trabalho, Favela.

Abstract: This article aims to identify some considerations about the place of black women in the world of work, based on the analysis of the diaries of the writer Carolina Maria de Jesus, published in the book *Quarto de Despejo* in 1960. Drawing on the contributions of micro-history and literature, it is possible to reposition bodies and characters as subjects, recognizing that their expressions and ways of signifying their subjectivity hold value for the understanding of social dynamics and specific contexts. In this way, the relationship with the category of work runs through Carolina's writings from beginning to end, in a precarious relationship that links such practice to the struggle for survival.

Keywords: Black women, Micro-history, Literature, Work, Favela (Brazilian urban slum).

Considerações iniciais

A discussão sobre o lugar da mulher negra no mundo do trabalho, a partir da análise dos diários da escritora Carolina Maria de Jesus, publicados na obra “Quarto de Despejo” em 1960, é, à primeira vista, finalidade deste estudo, embora a transversalidade crítica se imponha em determinadas situações. A análise teórico-crítica da materialidade ficcional filtra a categoria trabalho e os deslocamentos sociais do corpo feminino negro,

¹ Doutorando do programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, bolsista financiado pela CAPES. E-mail: mr.brunoeduardo@gmail.com; ORCID-id <https://orcid.org/0000-0003-3567-0859>.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale; Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: magna@feevale.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9661-4178>.

³ Professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale; Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: danielconte@feevale.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4251-3299>.

de objeto a sujeito (hooks, 2019). Para tanto, faz-se necessário perguntar: o que significa ser uma mulher negra e periférica neste contexto? A proposta não se refere a deliberar a profundidade deste debate, mas, sim, designar algumas provocações e reflexões presentes em tal literatura.

Sobre o termo Carolinas, o título vem de dois projetos brasileiros: o primeiro um documentário intitulado “Nós, Carolinas – vozes das mulheres periféricas” de 2017, realizado e produzido pelo coletivo “Nós, mulheres negras”, de São Paulo. E o segundo, a campanha do “Projeto Carolinas”, de 2020, promovida pela Nação Basquete de Rua (NBR), e pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). Em ambas as ações, delimitou-se uma singularidade de público: mulheres negras, mães solteiras e periféricas, usando como inspiração e referência a vida da autora Carolina Maria de Jesus.

Nessa ambientação, Carolinas torna-se um grupo bem específico nos debates sobre gênero no mundo do trabalho. Bebel Nepomuceno (2012), em relação ao protagonismo ignorado das mulheres negras, adverte que no interior do movimento de luta das mulheres, a ausência de coletividade e igualdade, acentuada pela discriminação étnico-racial gerou considerável desequilíbrio, com nítidos privilégios para as mulheres brancas e evidentes exclusões para as negras. Discriminadas, estas últimas, buscaram suas próprias estratégias e caminhos para a sobrevivência.

Neste quadro, conforme Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), o apagamento da “negritude” como categoria política no interior dos debates de gênero trouxe em consequência a universalidade do movimento das mulheres. Desta abordagem resulta uma série de problemas, que envolvem a invisibilidade, a subordinação e discriminação de classe, raça e gênero. Em resposta, o conceito de interseccionalidade, desenvolvido pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, despontou para o rompimento de uma visão monolítica de análise.

A conceituação da interseccionalidade é fundamental para este estudo pois, parte do entendimento em que a discriminação de um grupo pode ser composta por fatores múltiplos. Em suma, compreende as “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas” (Crenshaw, 2002, p. 177). Sendo agravadas de forma estrutural na vida de muitas mulheres, que tem seus corpos oprimidos por uma política de desempoderamento.

Ao adentrar o universo feminino, identifica-se para além das discussões de gênero, as considerações sobre raça e classe (Davis, 2016). Na trama, a subjetividade de Carolina imprime sua luta diária por sobrevivência, identificando que “mulheres de grupos sociais distintos, viveram-na de maneiras diferentes e ritmos variados: partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam juntas nem no mesmo passo” (Nepomuceno, 2012, p. 382-383). Desta forma, “Carolinas” refere-se a um grupo de mulheres negras que viveram e vivem sob a condição de resistência, nas mais diversas dinâmicas sociais, em esferas públicas e privadas.

Para tanto, esquadriñar e analisar com profundidade tal cenário, foi possível por meio das contribuições metodológicas e teóricas da micro-história, que foram propostas por historiadores como Giovanni Levi (1939) e Carlo Ginzburg (1939). A micro-história problematiza conhecimentos abrangentes, não se opondo aos qualificados trabalhos — que servem aqui de excelente condução para análise — mas instituindo um caráter de complementariedade. Nessa ordem, a redução de uma escala de análise, permitiu a identificação das dinâmicas sociais percorridas pela personagem na obra. Associando o contexto nacional do período, buscou-se entender a partir do cenário micro, as relações de trabalho em um universo imaginário de Carolinas.

A importância da microanálise está na sensibilidade do método, no tocante ao tecido mais humano da história, que é cerzido nos foles da memória. A natureza do objeto literário, neste aspecto, na sua narratividade artística, ficcional, ligada ao imaginário subjetivo do narrador, entra mutuamente em diálogo com o contexto histórico (Pesavento, 1999), dando marcha à espiral contínua e processual da ficcionalização dos signos do real, o que vai mover as significações do imaginário. A partir destas interações, os diários de Carolina pontuam as emoções, as impressões e as interpretações íntimas de um recorte tempo-espacial preciso. Destes escritos, abre-se, um microcosmo de dinâmicas e relações sociais, que são desenhados pelo olhar de uma mulher negra e favelada.

Na intimidade, do tipo de escrita, alguns elementos ficam evidentes: falar, por exemplo, em violência racial, desencadeia questões muitas vezes abstratas, mas, que em “Quarto de despejo” se manifestam no cotidiano, no trabalho e na pele da personagem. Tanto a precarização do trabalho, como as relações sociais da catadora de papéis, escancaram um racismo com rosto e classe social, rasgando o mito do paraíso nos trópicos, que nada tem de harmônico e democrático. Pelo contrário, silencioso e camuflado, o preconceito racial (Schwarcz, 1998) está no cotidiano, afetando a vida de muitas Carolinas que atravessam cidades e trabalham para sobreviver, pensando vida e

trabalho no mesmo novelo das emergências que a condição étnica e a conformação econômica lhes lastreiam.

A mulher negra no mundo trabalho

Ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 1960 e 1970, os estudos históricos, influenciados pelo movimento da Nova História introduziram ao debate acadêmico a emergência de uma História das mulheres. Desencadeada por fatores científicos, sociológicos e políticos, esta modalidade compreendeu inicialmente a questão: “Mas as mulheres? O que se sabe sobre elas?” (Perrot, 2007, p.20). Tais questões, aliadas às reivindicações do movimento feminista, gestaram novos rumos para o campo histórico, redesenhando cenários e ressignificando suas personagens.

Recentemente a história das mulheres passa, no Brasil, por novas reivindicações no interior do seu movimento. No século XX se destacam os estudos de Maria Beatriz Nascimento, Lélia González e Sueli Carneiro, que contribuíram para a resistência e fortalecimento do movimento das mulheres negras. Assim, novas gerações de ativistas negras fizeram da interseccionalidade uma forte ferramenta analítica para expor os sistemas de dominação, exploração e marginalização que operam sobre as experiências individuais das mulheres brasileiras.

Neste modelo analítico, enquadra-se também, os estudos da filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018), que versa sobre o feminismo negro, trazendo à cena questões como a discriminação racial, à qual diferencia a sua experiência de vida na sociedade. Entender que o feminismo negro caminha em direção a um projeto democrático, é um debate que vem sendo colocado em pauta nas discussões acadêmicas, de modo que a sociedade esteja a caminho do entendimento, em que pese sua incipiência, do teor reivindicatório dessa proposta e das discussões que dela emergem.

Djamila Ribeiro (2018), em seu trabalho “Quem tem medo do feminismo negro?”, ressalta a importância do lugar de fala destas mulheres, ao passo que tais temáticas devem, também, ser do interesse masculino. Assim, qual público deveria ser mais interessado por tais abordagens, se não aquele que mais propaga o sexismo? A resposta é simples, feminismo é um debate que sim, envolve homens, assim como o racismo operacionado pela branquitude (Ribeiro, 2018), destacando que os grupos que mais proliferam o preconceito, devem ser aqueles que mais precisam ler, conhecer e debater sobre.

Nesta direção, a ocupação de espaços e a atuação social da mulher negra, passa a se diferenciar das experiências das demais, por justamente, ter uma trajetória e caminhada marcada não só pela discriminação de classe e gênero, mas, também, de raça. Michelle Perrot (2007) destaca que o trabalho sempre esteve presente na vida feminina, seja no âmbito doméstico, no industrial ou no rural. Contudo, é fundamental acrescentar, conforme assevera Maria Dias (2012), que a identificação e a concepção da negritude foram estruturadas pelo sistema escravagista, o qual concebia estes corpos enquanto uma mercadoria, em uma representação elíptica da objetificação humana. Neste ponto, há uma diferença no pensar as mulheres e suas relações com o trabalho.

Conhecida por uma série de produções acadêmicas sobre a interconexão das opressões de gênero, raça e classe, a filósofa Angela Davis (2016) pontua que a função da mulher negra no sistema escravagista, assim como a dos homens, era medida pela força de trabalho, considerando-a uma propriedade de seu senhor. Logo, a inserção da mulher negra no mundo laboral, após a abolição da escravatura, foi definida pela associação de sua antiga função, por uma estrutura social de base racista. Em suma, “por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas” (Davis, 2016, p. 98), que as enquadrava na sua antiga ocupação, remetendo ao posto das mulheres escravizadas que trabalhavam no interior da casa grande.

Em semelhança ao caso estadunidense, a abolição da escravatura foi um importante marco jurídico no Brasil. No entanto, como afirma a historiadora Lilia Schwarcz (1993), sua implementação foi defeituosa, com sérios problemas sociais em relação a reinserção dos indivíduos na sociedade, experimentando no corpo social do sujeito negro uma experiência perversa e devastadora do imaginário humano. A autora chama a atenção para as relações de trabalho no século XX, em que estavam longe de algo equânime, uma vez que a discriminação racial associava na dicotomia “patrão e empregado” a lógica “senhor e escravizado”.

Não distante e alheia à elite econômica, a narrativa literária, cinematográfica e teledramatúrgica brasileira reforçaram por meio de suas materialidades a posição da mulher negra no ambiente de trabalho. Quando não ocupava as ruas, as personagens das mendigas, das vendedoras ambulantes estavam na cozinha, na condição performática que lhes fora atribuída: a de empregada, a de cozinheira e a da faxineira. Para além de obras que se ocuparam da temática da escravidão, a mulher negra, nem no âmbito da ficção, escapou de leituras discriminatórias de seu corpo.

Referente ao mundo do trabalho, George Andrews (1998) acrescenta que a manutenção de imigrantes europeus e negros brasileiros nas indústrias paulistas favorecia

o trabalhador branco com mais chances de alcançar funções técnicas, enquanto o outro estava predestinado ao trabalho braçal. Analisando o cenário carioca, Sidney Chalhoub (2001) adverte que a abolição liberou mão de obra para a cidade, resultando no fenômeno do inchaço das metrópoles com superabundância em oferta de mão de obra. Logo, neste contexto, decorrem competições que se manifestam por disputas entre os trabalhadores, para conseguir algum benefício com o patrão, gerando um palimpsesto narrativo de cunho racialista.

A inserção da mulher negra no mundo do trabalho, consoante à Bebel Nepomuceno (2012), foi um processo ligado à sobrevivência de um grupo muito específico dentro da sociedade brasileira. Sabe-se que o movimento feminista negro ganhou força nas primeiras décadas do século XX, a partir de organizações como do próprio Movimento Negro, assim como pelas políticas trabalhistas do governo de Getúlio Vargas (1930-1937). No entanto, estes corpos se movimentam por sobrevivência, por se encontrarem em condições extremamente precarizados e violentados, negligenciados pelo Estado.

Uma das questões que exemplificam tais hostilidades são os critérios raciais na seleção de empregadas domésticas. Adotados por anúncios, que buscavam mulheres para o serviço de casa, com preferência em contratar “mulheres de boa aparência”, o que excluía por definitivo as mulheres negras (Nepomuceno, 2012). Assim, como observa Maria Dias (2012), para as mulheres negras, sobreviver frente a tais exclusões e violências simbólicas, já poderia ser considerada uma vitória.

Relegadas à sobrevivência, antes e depois da abolição, rejeitadas pela sociedade civil sem postos laborais, essas mulheres, juntamente com outros corpos foram excluídos e varridos dos centros urbanos; obrigadas a buscar formas alternativas para resistir às violações permanentes, eram premidas a assumir o papel de mantenedoras do lar, principalmente aquelas que eram mães solteiras, provedoras do sustento da família (Nepomuceno, 2012).

Desta forma, quando vislumbrado o quadro temporal da década de 1950, precisamente em meados de 1955 e 1958, a obra “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus, enquadra-se em tal contexto de resistência. O ambiente migrado pela personagem foi a favela do Canindé em São Paulo, lugar para onde eram despejados tudo e todos aqueles que não podiam mais habitar nos centros urbanos.

A criação de um quarto de despejo

Antes da generalização do termo “favela”, advinda do Morro da Favela no Rio de Janeiro, os morros que cercavam as grandes metrópoles, contavam com habitações simples, casebres e choupanas precárias (Almeida, 2016). A precariedade da moradia é expressa pela narrativa da personagem Carolina de Jesus (2014), ao salientar que sua habitação não poderia ser chamada de casa, “era um barraco”, cercado por excrementos. A descrição da favela por Carolina, encerra um cenário de grande insalubridade, precário e hostil, com cheiros horríveis, vizinhos barulhentos, onde os embates e a violência rasgam o cotidiano.

As imagens que trazem a representação do espaço da favela são construídas aqui por duas dimensões: a obra literária e a narrativa historiográfica. Ambas em complementariedade, destacam os efeitos da rápida transição da cidade para um novo modelo de industrialização e urbanização nas décadas de 1940 e 1950. Com efeito, a migração populacional das regiões norte e nordeste para os centros urbanos, devido ao êxodo rural, interferiu no afluxo de habitantes nas favelas, alterando também o quadro de composição étnica urbana com o aumento de grupos de origem africana e indígena (Martins, 2015).

A organização social urbana, neste contexto, produziu novas formas de representar a cidade e significar a população. A marginalidade passa a ser discriminada nesta cena, enquanto conjunto de pessoas ligadas à pobreza e à ociosidade.

A relação entre ociosidade e pobreza está intimamente relacionado à taxa de desempregados, no período em que muitos libertos passam a buscar formas alternativas de sobrevivência (Chalhoub, 2001). Neste ponto, os indivíduos que no 13 de maio de 1888 são considerados “livres”, no início do século XX são rejeitados pelos empregadores e enquadrados na vadiagem, uma espécie de má ociosidade, considerados uma ameaça à população civil. Sidney Chalhoub (2001), em seu trabalho subsidiado por processos criminais, constata um significativo percentual de sujeitos que eram rotulados como marginais à sociedade.

A marginalidade, pode ser vista aqui, enquanto um conceito deste cenário urbano e moderno, que cai sobre o sujeito julgado marginal à lei. Rafael Almeida (2016) acrescenta que a organização espacial da cidade se orientou em parte pelo movimento sanitarista, envolvendo não só o fim dos cortiços, mas varrendo indivíduos e práticas antropológicas para os morros do Rio de Janeiro no início do século XX. Ironicamente, a solução para a crise sanitária adotada por higienistas e pelo governo brasileiro, foi deslocar esta população e afastá-la dos centros urbanos. No entanto, isso não eliminou a

insalubridade, o foco de doenças e a exposição dos corpos marginais à precariedade do urbano.

Estes lugares funcionaram, portanto, como um espaço para despejar tudo o que era rejeitado pela sociedade. Nas palavras de Carolina de Jesus, a favela era o “quarto de despejo” ambiente sujo e esquecido pelo poder público. Cícero Filho e Luciana Borges (2022) em seu estudo intitulado “Quarto de despejo de Carolina de Jesus: importância e contribuição para a literatura brasileira” destacam a exposição de dois mundos pela narradora: o burguês e o espaço da favela. Este último, formado na precariedade de extremo estado de pobreza e violência.

A personagem apresenta-se enquanto objeto deslocado, que na inconformidade com o ambiente habitacional se autocaracteriza por virtudes que diferem de seus vizinhos. Em suma, ela levanta críticas à ociosidade, à promiscuidade e a todo estado de miséria das demais personagens, destacando, por conseguinte, sua conduta comportamental frente a estas. Carolina expressa no trabalho e no deleito do estudo e da escrita, sua diferenciação, como uma peça que não deveria estar naquele espaço.

Desta forma, a exclusão das mulheres negras na cidade e o despejo destes corpos nas favelas, em momento nenhum as limitou em viver na concordância passiva com o sistema em questão, estabelecendo como natureza antropológica uma espécie de diáspora íntima. A luta por sobrevivência, levou estas mulheres a buscarem formas alternativas de subsistência. Contudo, considerando a precarização do trabalho de catadora de papel, a personagem resiste e seu trabalho pode aqui ser visto enquanto um ato de resistência, por desviar das imposições sociais, que além de sobreviver confronta o campo literário a partir das publicações de seus diários.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977)

Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mãe, periférica e escritora. Assim, pode-se iniciar uma modesta descrição de um dos maiores nomes da literatura brasileira. Segundo Schuma Schumacher e Érico Brazil (2000), Carolina nasceu em 14 de março de 1914 em Sacramento, no Estado de Minas Gerais, descendente e neta de negros escravizados. Seu avô chamava-se Benedicto José da Silva. Estudou aproximadamente dois anos no colégio Allan Kardec, matriculada pela sua mãe Maria Carolina de Jesus em 1923, onde o envolvimento e o interesse pela leitura e a escrita começaram.

É aguçado o olhar do professor e historiador Boris Fausto (2006), quando afirma que nas décadas seguintes, entre 1930 e 1940, a população brasileira subiu de 30,6

milhões de habitantes a 41,1 milhões. Concomitantemente, houve um aumento no fluxo migratório interno do país, com deslocamentos entre os Estados, principalmente para os grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Neste contexto, em 31 de janeiro de 1937, Carolina chegou na cidade de São Paulo, indo morar no ano de 1948 na favela do Canindé, localizada às margens do rio Tietê.

Mãe solteira de três filhos, João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima, residiu e resistiu no interior da favela, após perder o emprego de empregada doméstica com a gravidez (Schumacher; Brazil, 2010). Em um lar monoparental, com ausência masculina, Carolina sustentou sozinha seus filhos, catando papel, latas, ferro e outros materiais recicláveis que foi juntando pelas ruas de São Paulo. Todas estas informações, foram registradas nos diários que escrevia, o primeiro registro data de 15 de julho de 1958, dia do aniversário de Vera Eunice (Jesus, 2014).

Em suas coletas de papel, Carolina encontrou muitos livros, indignada com o gesto da população em descartar esses materiais, ela os levava para sua casa e lia-os. Com a inconformidade do descaso que a vida na favela trazia, o sentimento de abandono, a fome e a miséria, Carolina fez escrita, poesia, textos, alguns publicados em jornais, mas a maioria em seus preciosos diários. No intento de publicar sua narrativa diária sobre a vida de favelada, a autora foi rejeitada algumas vezes, até que em 1958 conheceu o jovem fotógrafo e repórter Audálio Dantas, que a auxiliou no seu grande sonho, a publicação dos diários que ganhou formato de livro, publicado em 1960, com o título “Quarto de despejo – Diário de uma favelada”.

Sobre literatura caroliana, o pesquisador André Moreira, em seu artigo “Carolina Maria de Jesus e a representação de pobre em Quarto de Despejo” (2012), chama a atenção para o papel de representação desempenhado pelo discurso literário. Não que a literatura tenha limitada função, continua o autor, mas, cabe salientar que esta carrega um contexto social de produção (Moreira, 2012). Logo, a composição do arranjo textual é formada na intimidade do escritor, por elementos subjetivos e coletivos. Com isto, pode-se entender que os diários de Carolina possuem um expoente material representacional sobre o contexto vivido pela autora.

Assim, formula-se a relação com a micro-história que, por sua vez, contempla “a história dos momentos, das situações, das pessoas que, indagadas com olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam peso e cor” (Lima, 2012). Em suma, essa episteme oportuniza uma leitura social do contexto, destacando na narradora o papel de sujeito protagonista. Embora a rejeição por parte da comunidade historiográfica global apontar às simplificações, comparações e confusões da micro-história, torna-se necessário uma

atenção em suas colocações. Isto porque, foram realizadas algumas comparações com a narrativa biográfica, com a História local, o estudo de caso, ou mesmo com uma pesquisa intencionada apenas em contextualizar trajetórias empíricas. No entanto, a prática micro-históricográfica, conforme Barros (2007), não deve ser definida propriamente pelo que se vê, mas pelo modo como se vê.

Nesta direção, o historiador não está interessado unicamente na trajetória do indivíduo como fim em si mesma, mas nos aspectos que podem levantar através de uma pesquisa micro-localizada sobre a vida deste sujeito. Seu olhar aproximado, como a metáfora da lente de um microscópio, permite observar a vida presente dentro de pequenas partículas sociais e culturais. Em nenhum momento esta se lança sob o aspecto macro. Ao contrário, colabora para a quebra de hierarquias entre metodologias de pesquisa, já que busca na sua essência o reconhecimento das práticas, das culturas localizadas para, então, entender processos e desdobramentos abrangentes, reconhecendo e legitimando a importância do macro na contextualização.

Com estas noções, Paulo Moreira e Marcelo Santos (2010) acrescentam que a microanálise, mesmo de origem experimental, possui potentes ferramentas teóricas. Isto leva a considerar o protagonismo do sujeito histórico, atuante e mesmo que submetido a uma ordem política e econômica, medida pelas relações de trabalho, exala força e reação. No caso de Carolina, ela deixa de ser apenas uma favelada, uma catadora de papel inserida e subserviente de um sistema determinante. A personagem, à revelia das narrativas do poder econômico e social que teimam em deixá-la nas dobras da memória, humaniza-se ao apresentar emoção, inconformidade, indignação e consolida em resistência sua força de trabalho.

Entendendo estas questões, compreende-se a importância desta abordagem para o objeto de estudo. Adentrar o cotidiano do Canindé, a partir do olhar de uma moradora, que vivencia, sente e reflete sobre o seu mundo, abre ao leitor uma porta que nenhum escritor, na tentativa de descrever esse lugar poderia abrir. Na trama, uma mulher negra favelada, que resiste as imposições sociais discriminatórias de gênero, raça e classe, sobrevivendo como catadora de papel. Esse movimento da autora, essa diáspora íntima, é um nítido caminho que ela se impõe ao ficcionalizar os signos do real, segundo Rancière (2019), para que a realidade lhe seja suportável desde o momento em que passa a entendê-la como uma narrativa ruidosa, hostil, mas passível de mudança.

Tocando no tecido: o trabalho de Carolina

A restrição de oportunidades e a exclusão do corpo negro, como anteriormente pontuado, designaram violentamente alguns destes indivíduos a ocuparem outros espaços. A disputa entre operários, os privilégios para brancos nas fábricas, a discriminação racial na seleção de empregados, apontam para um cenário de violência e poucas oportunidades de resistência para estes sujeitos. No entanto, a submissão não pode ser vista como hegemônica neste pensar. Bebel Nepomuceno (2012) mostra que nos anos 1940, reivindicações eram manifestadas pelo Movimento Negro organizado, sendo de importância destacar coletivos como a Imprensa Negra e a Frente Negra Brasileira.

Abrindo os diários de Carolina, toca-se de imediato no tecido mais puro da experiência humana e, ao mesmo tempo, mais doído. Isto pois, a descrição, carrega as marcas, a mensuração dos cheiros e uma sensação tátil dos eventos desenhados, sem nenhuma censura editorial. A violência, essa categoria que fica impressa no ato da negligência do Estado, na discriminação racial, na fome e em toda miséria e infelicidade presentes no cotidiano dos moradores do Canindé, percorre cada frase da obra. São nestes aspectos e nestes gestos micro sensíveis que pode ser identificado a constituição de um sujeito histórico, a partir de um objeto literário. O ano de 1955 as publicações limitam-se ao mês de julho. Logo nas primeiras páginas, a referência ao estado de miséria expressa a indignação da personagem, sinalizando a autodeterminação de Carolina, em detrimento das imposições de um sistema. Tais questões, são levantadas pela personagem que lança um olhar de inconformidade às condições socioeconômicas da favela e a negligência do Estado.

No abrir as cortinas do período, o Brasil passara em 1955 por eleições presidenciais, que elegeram Juscelino Kubitschek (1956-1961). De acordo com a historiadora Angela Gomes (2002), pensar o período de JK, é adentrar em um imaginário social estruturado por mitos como os “bons tempos” e “anos dourados”, que faz referência à visão desenvolvimentista do governo. Faz-se importante contextualizar que dois eventos traumáticos marcam este perímetro temporal do país: o suicídio de um presidente e uma crise financeira seguida por um golpe militar (Benevides, 2002).

É de se pensar, ainda, nos desdobramentos do populismo na figura do governo de Kubitschek. Maria Benevides (2002) chama a atenção ao projeto democrático do governo voltado às elites, ao fomento da modernização, ao desenvolvimento das indústrias automobilísticas, às ofertas de emprego e à fundação de uma nova capital. Tudo fazia parte do plano de metas “50 anos em 5”. No entanto, ao referir-se ao desenvolvimento de um país, desconsidera-se algumas realidades, como as favelas e tudo que envolve a dinâmica social da vida de seus moradores.

É nesta ordem epistêmica que Mariângela Alonso e José Tonioso, em sua pesquisa intitulada “Revisitando a cinderela negra: Literatura e História em Quarto de despejo” (2009) destacam a dicotomia social brasileira. Se de um lado o governo JK incentivou o desenvolvimento urbano; de outro, desconsiderou espaços como as favelas e as organizações urbanas marginais. Logo, fica entendido no âmbito político e social a ideia da marginalidade, representada pelos favelados que estavam à margem deste projeto desenvolvimentista.

Na denúncia literária, encontramos em Carolina de Jesus (2014), o que poderia ser debatido como uma marginalização dentro dos projetos do governo. De um lado um Brasil, que elegeu democraticamente um civil, que priorizou o desenvolvimento econômico e tecnológico e, de outro, um país que passava fome e vivia em condições de abandono, insalubres e miseráveis. Em trecho do diário, Carolina, registra o desprezo de parcela da população aos desdobramentos políticos: “Quando passei na banca de jornais li este slogan dos estudantes: Juscelino esfola! Adhemar rouba! Jânio mata! E câmara apoia! E o povo paga!” (Jesus, 2014, p.132).

A face de país democrático, harmônico e, agora, moderno; na favela encontra suas contradições. Carolina não economiza palavras, expõe a fome e a pobreza, metaforicamente encobertas embaixo do tapete no quarto de despejo. Em suma, suas palavras são construídas de uma consciência política e social, sobre o descaso do governo, assim refere-se:

O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo em uma gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves na gaiola. E os favelados são os gatos. Tem fome. (Jesus, 2014, p. 30)

Consolidado em verso e música, Gabriel Moura, Jovi Joviano e Seu Jorge (2006) representam essa dicotomia na canção Brasis: “Tem um Brasil que é próspero; Outro não muda; Um Brasil que investe; Outro que suga” (Moura; Joviano; Jorge, 2006). Estes versos, apesar de não refletirem exatamente o período em questão, revestem tal situação vivida e representada nos diários da personagem, apontando a dualidade social do país. Assim, também, como por meio da literatura, Carolina descreve a violência constitucional brasileira, em que as políticas públicas não se fizeram atuantes, tão menos as de ordem trabalhista.

Nesta direção, o populismo, essa relação de aproximação de um governante com o povo de uma nação, esteve manifestado e expressado em repulsa pela catadora de papéis. Sendo nas épocas eleitorais, a manifestação assistencialista, juntamente com a

aproximação dos candidatos aos eleitores, era performado com ação e discurso. Carolina, assim registra:

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Candido Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (Jesus, 2014, p.32)

O descaso governamental não passou despercebido pelo lápis de Carolina, pois tinha ciência do compromisso do Estado com o povo. Provedora de um lar e mãe de três crianças, esta mulher, percorria as ruas de São Paulo, em busca de papel e qualquer outro material descartado nas lixeiras, para vender. Alguns trajetos, levam a catadora de papel, a percorrer algumas casas, fábricas e comércios, como sapatarias e bancas de jornal, onde ganhava papel ou míseros trocados. No dia 16 de junho, ela relata:

A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu cato no lixo eu saio para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os treze cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. (Jesus, 2014, p.12)

Nesta narrativa, o registro, destaca para além do estado de miserabilidade da personagem, uma categoria, por muitos ignorada, nos estudos sobre as relações de trabalho: a informalidade. Em uma pesquisa, sobre a precariedade da cadeia produtiva de materiais recicláveis, Bruno Arantes e Livia Borges (2013), mapeiam uma vasta bibliografia de estudos, que consideram a existência de trabalhadores informais que vivem no Brasil há muito tempo sobrevivendo de restos, catando comida no lixo, procurando qualquer material que possa vender por preços acessíveis para garantir sua subsistência, habitando um espaço de invisibilidade permanente.

Logo, estes estudos recentes discutem o cenário capitalista e da globalização na contemporaneidade; no entanto, tal cenário é derivado de um sistema estruturado historicamente no Brasil, que se relaciona com a criação das favelas e com a exclusão do corpo, principalmente o negro e o indígena do mercado formal de trabalho (Almeida, 2016). Contudo, uma questão fica: qual a categoria nas relações de trabalho que Carolina ocupou?

Como expõe Sidney Chalhoub (2001), tais práticas, uma vez que não se encaixavam ao modelo trabalhista do período, formalmente calcado nas relações patrão e empregado das indústrias, ou mesmo no serviço doméstico salientado por Bebel Nepomuceno (2012), são classificadas na marginalidade. O estigma do descarte, assim como sua atividade, relaciona-se com o sentimento social destes indivíduos. Carolina de Jesus (2014), assim descreve o sentimento de estar em um quarto de despejo. Descartada da cidade, discriminada nas relações trabalhistas, a autora salienta em outra passagem dos diários:

Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia. Tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. (Jesus, 2014, p.61)

Frente às imposições sociais que definem o seu lugar na cidade, Carolina pontua o trabalho enquanto meio de resistência para sobreviver. A representação da catadora de papéis é associada, pela própria autora, a uma mendiga ou indigente, que aponta para o estado miserável da sua estética, em que as circunstâncias da vida na favela a levam para estados sub-humanos, alimentando-se de restos e ossos. Desta forma, Gustavo Santos em seu artigo “Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus: testemunho de uma existência condenada”, destaca que para Carolina, não há um horizonte existencial, pois, a existência do favelado é condenada a ter de suportar sua precária condição.

No entanto, estes corpos, não podem mais ocupar os debates coloniais sobre a imposição da lógica dominador e dominado (Santos, 2018). Desse modo, Carolina de Jesus rasga o tecido social e sua narrativa problematiza e reivindica espaços de fala, de legitimidade, e expõe a dor de ter um corpo violado pelas emergências do existir e pelo abandono do Estado. A personagem passa a ser sujeita de si mesma e na trama registra sua inconformidade com as condições de vida do seu cotidiano.

Nesta direção, pensar nas relações de trabalho da personagem, segue o mesmo desvio de leitura, no refletir a exclusão social do corpo feminino negro e periférico. Nos diários, o cenário da cidade corta e aproxima itinerários do mundo do trabalho. No passar pelas ruas a catadora de papel, identifica comerciantes e operários industriais. Em passagem descreveu:

Quando eu vi os empregados da Fabrica (...) olhei os letereiros que eles trazem nas costas e escrevi estes versos: Alguns homens em São Paulo.

Andam todos carimbados. Traz um letreiro nas costas. Dizendo onde é empregado. (Jesus, 2014, p.121)

A precariedade do trabalho que Carolina atua, a excluí do interior das relações sociais, mas, nos itinerários, a proximidade parece contornar a ideia de uma classe que independente da atuação tem nos centros urbanos seu ambiente de trabalho. Entre os percursos, a discriminação por ser catadora de papel é colocada pela personagem:

Saí a noite e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me: – Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco minha tia (Jesus, 2014, p.14).

A discriminação é uma operação presente nas relações sociais, manifestada nas expressões conexas de classe, raça e gênero, onde atua fortemente entre os sujeitos. A atividade de catar papel e outros materiais, foge à lógica de trabalho, quando não considerada por esta, passa a ser uma prática desviante e marginal, estigmatizada pelo preconceito e a violência (Arantes; Borges, 2013). A própria personagem, ao identificar outras práticas de sobrevivência na favela, acrescenta:

Nas favelas, as jovens de 15 anos permanecem até a hora que elas querem. Mescla-se com as meretrizes, contam suas aventuras (...) Há os que trabalham. E há os que levam a vida a torto e a direito. As pessoas de mais idade trabalham, os jovens é que renegam o trabalho. Tem as mães, que catam frutas e legumes nas feiras. Tem as igrejas que dá pão. (Jesus, 2014, p.19)

O trabalho entre estes indivíduos pode ser assim, associado a uma espécie de atividade ligada ao ato de sobreviver, desvinculando-se, momentaneamente, da ideia de produção de riqueza e recaindo na emergência da vida protelada. Sua única propriedade, nestes casos, é a força de trabalho, que é impulsionada pela necessidade do contexto. Em outras duas passagens, a autora destaca seu cotidiano e sublinha sua inconformidade:

Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir em uma casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que eu exerço. Já habituei-me a andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. (Jesus, 2014, p.22)

Adiante segue no mesmo dia:

Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e a levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o

peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. (Jesus, 2014, p.22)

Enquanto catadora de papel, a consciência de Carolina, percebe na sua atividade, uma profissão, um trabalho, assim considerado por ela. A objeção, no entanto, se delinea na favela, na moradia e principalmente nas relações sociais entre os favelados. Neste ponto, estigmas e visões externas, caracterizam a discriminação de classe:

Fiquei horrorizada! Haviam queimado meus cinco sacos de papel. A neta de D. Elvira, a quem tem duas meninas e que não quer mais filhos porque o marido ganha pouco, disse: – Nós vimos a fumaça. Também a senhora põe os sacos ali no caminho. Ponhe lá no mato onde ninguém os vê. Eu ouvi dizer que vocês lá na favela vivem uns roubando dos outros. (Jesus, 2014, p.27)

Interessante observar, neste último fragmento, as múltiplas leituras, que a obra expressa, sobre o trabalho e a moradia da personagem. A favela, este lugar dinâmico de continuidades e rupturas, desde o desmonte dos cortiços no final do século XIX e início do XX (Chalhoub, 2001), ao passo que é ressignificado, mantém dinâmicas e leituras como a hostilidade. O ponto da questão refere-se a que estes valores estão alicerçados em estruturas sociais, as quais, na dinâmica do tempo, não se apagam por definitivo.

Desta forma, a escrita literária, composta pela variedade de elementos subjetivos, deixa em registro, as dinâmicas sociais da personagem. Neste contexto de escrita, Carolina traz à tona a preservação de expressões discriminatórias na sociedade brasileira. Correntes influentes nas diversas instituições sociais como o Trabalho, que encerram um mercado de oportunidades para o povo brasileiro, mas que para as mulheres negras trouxeram exclusão, rejeição (Nepomuceno, 2012) e sofrimento permanente. Assim, pensar nas dinâmicas de tais corpos no mundo do trabalho, é uma reflexão que impele pensar as relações tais quais desenhadas por Angela Davis (2016), por meio do gênero, da raça e da classe social.

Considerações finais

A partir do exposto, é possível apresentar algumas considerações. De acordo com Angela Davis (2016) e Djamila Ribeiro (2018), no interior dos debates de gênero, é essencial reconhecer outras duas categorias que separam e subdividem a experiência feminina: a raça e a classe. Esta perspectiva interseccional, que atravessa a estrutura sociocultural brasileira, suas representações e identidades é “particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente

moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 176). Desta forma, o trabalho, esta instituição histórica é constituída socialmente em estruturas impostas. Isto refere-se à discriminação e aos discursos de liberdade no pós-abolição, constatando os impasses na inserção destas mulheres na sociedade.

Com os desdobramentos políticos, reconhece-se na abertura do mercado de trabalho, algo gradativo e segregado, o que foi evidenciado por Andrews e Nepomuceno. Neste aspecto, é importante elencar que o discurso democrático, tendeu a envolver em matéria teórica o povo brasileiro em sua totalidade; assim, aqueles que estão à margem, não são incluídos em tal proposta. Para além, conforme alerta Lilia Schwarcz, manchando a democracia brasileira, o racismo opera enquanto um instrumento silencioso e camuflado, praticado no âmbito privado e negado pelas representações de ordem pública.

No Canindé, a experiência humana foi de violência diária. Vivendo em condições sub-humanas, ao comer restos no lixo, se alimentar de ossos e, outras tantas vezes, passar fome. No entanto, a partir do recorte micro-histórico, identificou-se o protagonismo da personagem, sua consciência política e social, em detrimento de uma leitura limitada na dinâmica social de imposição e submissão. É possível identificar, desta forma, que a sobrevivência na favela, concomitante a uma produção literária, não limitou o corpo desta mulher em territorialidades.

Como contraponto, bell hooks (2019), sobre a identidade social das mulheres negras, destaca que se por um lado, a agressão do machismo e do racismo marcam a violência em seus corpos, isso não reduz sua subjetividade. Nesta direção, a obra “Quarto de despejo”, identifica nos gestos do cuidado da mãe, da não reciprocidade hostil aos seus vizinhos e da escrita literária, um rompimento de leitura sobre estas mulheres.

Com a profundidade e a sensibilidade do olhar da micro-história, através de uma obra literária, foi possível identificar as expressões de sobrevivência no trabalho de Carolina. Deslocando da sensação de ser um objeto do quarto de despejo, a poética da sua escrita, suas emoções e interpretações do cotidiano envolvem o aspecto humano da personagem, de um sujeito social que em seu trabalho como catadora de papel denuncia a precarização e a marginalização desta categoria. Como um conforto prazeroso, lutar e reinventar espaços são ações que se fecham no gesto da escrita, na sensação de pegar papel e lápis e escrever suas palavras e alcançar a redenção íntima de sujeito crítico pela ficção.

Ao debater as relações de trabalho da mulher negra, portanto, deve-se reconhecer a constituição de tais corpos e práticas, assim como o trabalho redobrado destas mulheres,

que além da subsistência, são mães e provedoras de um lar. Em essência, representa-se em “Carolinas”, a história de muitas mulheres negras, que viveram e vivem sob a condição de resistência, rejeitadas e silenciadas, mas, que não sucumbem diante das imposições. Conforme pontua Djamila Ribeiro (2018), ao debater tais relações sociais, é incontornável pensar para além de um discurso identitário de gênero. Deve-se, portanto, refletir sobre projetos democráticos na sociedade brasileira.

Artigo recebido em 24/07/2024

Aceito para publicação em 24/01/2024

Editor(a) responsável: Rodrigo Canossa Barbosa

Referências

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: A geografia histórica da invenção de um espaço*. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Instituto de geociências, departamento de geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALONSO, Mariângela Alonso; TONIOSSO, José Pedro Toniosso. Revisitando a cinderela negra: literatura e história em quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. *Revista Hispeci & Lema*, Bebedouro, ano I, n. 1, 2009.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução: Magda Lopes. Bauro: EDUSC, 1998.

ARANTES, Bruno Otávio Arantes; BORGES, Livia de Oliveira. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*: Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, 2013, p. 319-337, 2013.

BARROS, José D' Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *OPSIS*, Goiânia, vol. 7, n. 9, p. 167-186, jul-dez 2007. Disponível em: [Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9336](https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9336). Acesso em: 15 jul. 2024.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela Maria de Castro. *O Brasil de JK*. Ed. 2, FGV: Rio de Janeiro, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Ed. III. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jul. 2002, pp.171-188.

DAVIS, Angela Davis. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani.. Ed. I. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. Ed. I. São Paulo: Contexto, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Ed. XII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FILHO, Cícero Barros Feitosa Filho; BORGES, Luciana. Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: importância e contribuição para a literatura brasileira. *Revista Foco*: Curitiba, v. 15, n. 4, p. 1-18, nov. 2022.

GOMES, Angela Maria de Castro. *O Brasil de JK*. Ed. 2, FGV: Rio de Janeiro, 2002.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. Ed. X. São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: Flamarion, Ciro (org.), VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARTINS, Luis Carlos. Urbanização, industrialização e favelas: o Rio de Janeiro na imprensa carioca no segundo governo Vargas. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*. São Paulo, v. 53, p. 210-226, Mai.-Ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25158> Acesso em: 05 de julho de 2024.

MOREIRA, André Luis Gomes. Carolina Maria de Jesus e a representação social de pobre em Quarto de despejo. *Universitas Humanas*: Brasília, v. 9, n. 2, p. 13-21, jul./dez. 2012.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MATHEUS, Marcelo Santos. A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX). *CLIO*, Pernanbuco, v. 28 n. 2, Jul-Dez, 2010.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negra. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), PEDRO, Joana

Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. Ed. I. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: Diálogos da História com a Literatura.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XX, 1999, Florianópolis. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. São Paulo: julho, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?*. Ed. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS. Gustavo Alvarenga Oliveira. Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: Testemunho de uma existência condenada. *PragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, Rio de Janeiro. Ano 8, n. 14, mar. 2018.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. Ed. II, Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.